

Controvérsias Atuais em Responsabilidade Civil

ESTUDOS DE DIREITO CIVIL-CONSTITUCIONAL

2018

Coordenadores:

Eduardo Nunes de Souza

Rodrigo da Guia Silva

CONTROVÉRSIAS ATUAIS EM RESPONSABILIDADE CIVIL

ESTUDOS DE DIREITO CIVIL-CONSTITUCIONAL

© Almedina, 2018

COORDENADORES: Eduardo Nunes de Souza e Rodrigo da Guia Silva

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 9788584933976

1135942

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Controvérsias atuais em responsabilidade civil :
estudos de direito civil-constitucional /
coordenadores Eduardo Nunes de Souza, Rodrigo
da Guia Silva. -- São Paulo : Almedina, 2018.
Vários autores.

Bibliografia.
ISBN 978-85-8493-397-6

1. Direito civil 2. Direito civil - Brasil
3. Responsabilidade civil - Brasil I. Souza,
Eduardo Nunes de. II. Silva, Rodrigo da Guia.

18-19820

CDU-347.51(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Responsabilidade civil : Direito civil 347.51(81)

Maria Alice Ferreira – Bibliotecária – CRB-8/7964

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

Setembro 2018

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

SUMÁRIO

Sobre Esta Obra	13
Apresentação: O Oxímoro da Responsabilidade Civil Brasileira	17

CONTROVÉRSIAS SOBRE O NEXO DE CAUSALIDADE E A RESPONSABILIDADE INDIRETA

1. Em Defesa do Nexo Causal: Culpa, Imputação e Causalidade na Responsabilidade Civil.....	33
---	-----------

Eduardo Nunes de Souza

1. Introdução: em que <i>não</i> consiste a reparação civil na legalidade constitucional	33
2. A confusão conceitual dos requisitos da responsabilidade civil sob o paradigma do ato ilícito e a difícil sistematização da matéria no modelo atual	42
3. A longa duração da dificuldade de dissociação entre nexos de causalidade e culpa.....	58
4. Responsabilidade civil indireta e o suposto dever de indenizar sem nexos causais.....	75
5. O chamado nexos de imputação e a equivocada superação do nexos de causalidade como requisito da responsabilidade civil	89
6. Síntese conclusiva	98
7. Referências.....	99

2. A Questão do Nexo Causal Probabilístico no Direito Brasileiro.....	103
--	------------

Marcos de Souza Paula

1. Introdução	103
2. A dificuldade epistemológica em torno da causalidade.....	104
3. Causalidade na responsabilidade civil	107
4. Da certeza à probabilidade	112
5. Nexos causal como objeto de prova	117
6. Teorias da probabilidade: a probabilidade quantitativa e a probabilidade lógica.....	118
7. Casos paradigmáticos para a discussão do nexos causal probabilístico	125
7.1. Dano pelo uso de estrogênio sintético (DES).....	125

7.2. Danos oriundos do fumo	129
7.3. Outros casos: responsabilidade pelo uso do amianto, acidentes de trabalho e danos ambientais.....	136
8. Considerações finais.....	139
9. Referências	141

3. Breves Apontamentos Acerca do Enfraquecimento Dogmático do Nexo Causal

Guilherme de Mello Franco Faoro

1. Introdução	147
2. As diversas teorias da causalidade	148
3. A relativização das excludentes de causalidade	152
4. A causalidade alternativa (ou disjuntiva) e a responsabilidade coletiva	157
5. O problema da causalidade virtual ou hipotética	163
6. Conclusão	168
7. Referências.....	169

4. A Responsabilidade Civil dos Pais Pelos Danos Causados por Filhos Menores: Análise dos Requisitos de Autoridade e Companhia.....

Marina Duque Moura Leite

1. Introdução	171
2. Responsabilidade civil dos pais por danos causados pelos menores: responsabilidade direta ou indireta?	172
3. Análise histórica da responsabilidade civil dos pais pelos danos causados por filhos menores	175
4. A problemática interpretação do art. 932, I, do Código Civil de 2002.....	183
5. Conclusão	192
6. Referências	193

5. O Fortuito Interno e Externo e Sua Relação Com a Culpa do Agente

Tayná Bastos de Souza

1. Introdução	197
2. O caso fortuito e força maior no ordenamento jurídico brasileiro	199
3. As teorias atinentes ao caso fortuito e força maior	202
4. O desenvolvimento da doutrina do fortuito interno e externo	206
5. Os critérios de aferição do fortuito interno	209
6. Conclusão	215
7. Referências.....	217

CONTROVÉRSIAS SOBRE A CONFIGURAÇÃO DO DANO INJUSTO

6. Privação do Uso e Dever de Indenizar: Perspectivas de Configuração do Dano Indenizável à Luz do Paradigma do Dano Injusto221

Rodrigo da Guia Silva

1. Introdução	221
2. A indenizabilidade dos danos por privação do uso no contexto do giro conceitual do ato ilícito para o dano injusto	223
3. Notas sobre o reconhecimento do dano emergente autônomo pela privação do uso no direito brasileiro	227
4. Repercussão do não uso sobre a configuração do dever de indenizar	232
5. Perspectivas iniciais sobre a definição do <i>quantum debeatur</i>	244
6. Síntese conclusiva.....	254
7. Referências.....	256

7. A Reparação Pela Perda de Uma Chance 259

Marcella Campinho Vaz

1. Introdução	259
2. Modalidades e objeto de reparação: distinções necessárias	260
3. Histórico	264
4. Natureza jurídica do dano decorrente da perda de uma chance.....	271
5. Aplicação da teoria da perda de uma chance na responsabilidade médica	281
6. Limites na aplicação da teoria	287
7. Conclusão.....	293
8. Referências	294

8. O Papel da Responsabilidade Civil na Regulação dos Riscos: Uma Análise do Chamado Risco do Desenvolvimento..... 297

Diego Brainer de Souza André

1. Introdução	297
2. O risco na sociedade contemporânea e a função da responsabilidade civil	299
3. Do ato ilícito ao dano injusto: o papel da responsabilidade civil em cotejo com o direito administrativo e o direito penal.....	306
4. A teoria do risco do desenvolvimento: da necessidade de regulação pelo direito administrativo à possível não indenizabilidade pela responsabilidade civil	316
5. Conclusão	327
6. Referências	331

9. Dano Moral Coletivo e o Discurso De Ódio: a Responsabilização Civil Pelo *Hate Speech* é Solução ou Excesso? 335

Júlia Costa de Oliveira

1. Introdução	335
2. Breves considerações sobre dano moral no Brasil.....	336
3. Dano moral coletivo	339
4. Discurso de ódio ou <i>hate speech</i>	348
4.1. Conceito	348
4.2. Discurso de ódio e liberdade de expressão.....	351
4.3. Discurso de ódio e dano coletivo	357
5. Síntese conclusiva	362
6. Referências	363

10. Pós-Eficácia das Obrigações.....367

Marcella Campinho Vaz

1. Introdução	367
2. Compreensão geral da pós-eficácia das obrigações	368
2.1. Fundamentação e natureza jurídica.....	368
2.2. Distinções de outras figuras jurídicas	377
3. Pressupostos e formas de reparação.....	380
4. Critérios de aplicação da <i>culpa post factum finitum</i>	382
5. Conclusão	391
6. Referências	393

11. Responsabilidade Civil nas Relações de Vizinhança: Reflexões Sobre um Velho Dilema 395

Marcos de Souza Paula

1. Introdução	395
2. Dogmática dos direitos de vizinhança: o uso anormal da propriedade e a composição de interesses conflitantes	397
3. Estrutura e função dos direitos de vizinhança: entre obrigação e responsabilidade	405
4. Responsabilidade objetiva e direito de vizinhança: traços de uma trajetória comum e a busca por um elemento de imputabilidade do dano entre vizinhos	410
5. A vizinhança no plano da legalidade constitucional: uma aplicação do merecimento de tutela.....	420
6. Síntese conclusiva.....	427
7. Referências.....	428

12. A Responsabilidade Civil dos Provedores de Aplicações de Internet por Danos Decorrentes de Conteúdo Gerado por Terceiros na Perspectiva Civil-Constitucional 433

João Quinelato de Queiroz

1. Introdução	433
2. Os sistemas de responsabilidade civil aplicáveis aos provedores de aplicações...	438
2.1. O artigo 19 do Marco Civil da Internet e seu retrocesso à luz da pessoa....	443
2.2. O sistema de notice and take down à brasileira: o equívoco do locus privilegiado da liberdade	451
3. Síntese conclusiva.....	461
4. Referências.....	463

CONTROVÉRSIAS SOBRE A QUANTIFICAÇÃO DA REPARAÇÃO CIVIL

13. A Regra de Compensação de Vantagens com Prejuízos (*compensatio lucri cum damno*) no Direito Brasileiro 469

Rodrigo da Guia Silva

1. Introdução: a quantificação do dano patrimonial à luz da sua unidade e complexidade	469
2. Enquadramento dogmático da regra de compensação de vantagens com prejuízos (<i>compensatio lucri cum damno</i>)	476
3. Análise do requisito da causalidade entre conduta danosa e vantagens.....	487
4. Análise do requisito da homogeneidade de natureza dos interesses	494
5. Perspectivas concretas de aplicação	497
6. Síntese conclusiva.....	515
7. Referências.....	517

14. A Reparação Não Pecuniária dos Danos: Aplicabilidade no Direito Brasileiro 523

Tayná Bastos de Souza

1. Introdução	523
2. A reparação <i>in natura</i> dos danos materiais.....	525
3. A possibilidade de reparação não pecuniária dos danos extrapatrimoniais	528
4. Possibilidade de decretação ou afastamento da reparação não pecuniária de ofício	535
5. Conclusão	541
6. Referências	543

15. O Que Levar na Mala: Aspectos Controvertidos da Aplicação da Convenção de Montreal Pelos Tribunais Brasileiros545
Felipe Zaltman Saldanha

1. Introdução.....	545
2. Diplomas legais incidentes: Código Civil, Código de Defesa do Consumidor e a Convenção de Montreal.....	546
3. A antinomia jurídica aparente entre os diplomas em cotejo e os recentes acórdãos do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria	556
4. Um passo além: o dever de informação como pressuposto de validade da cláusula limitativa do dever de indenizar no caso das bagagens perdidas, destruídas ou avariadas	565
5. Conclusão	567
6. Referências	568

CONTROVÉRSIAS SOBRE AS FUNÇÕES DA RESPONSABILIDADE CIVIL

16. Por Uma Função Promocional da Responsabilidade Civil.....573
Antonio dos Reis Júnior

1. Introdução.....	573
2. A função reparatória-compensatória e a perseguição da justiça comutativa: a finalidade primária da responsabilidade civil.....	574
3. Avanço econômico, risco, despersonalização e solidariedade: os fundamentos da socialização da responsabilidade civil	578
4. Reflexões preliminares em torno da suposta função punitiva da responsabilidade civil.....	584
5. Reflexões preliminares em torno dos fundamentos da chamada função preventiva da responsabilidade civil.....	588
6. A função promocional do direito: a contribuição de Norberto Bobbio.....	593
7. A função promocional da responsabilidade civil: o estímulo à reparação espontânea do dano.....	595
8. Primeiras conclusões.....	602
9. Referências	603

17. A Função Preventiva da Responsabilidade Civil Sob a Perspectiva do Dano: É Possível Falar em Responsabilidade Civil Sem Dano?.....607
Cássio Monteiro Rodrigues

1. Introdução.....	607
2. Análise funcional da responsabilidade civil e de seus pressupostos.....	609

3. O dano e o seu espaço na responsabilidade civil.....	619
4. A (in)existência da função preventiva na responsabilidade civil: é possível falar em responsabilidade civil sem dano?	625
5. Conclusão	638
6. Referências	639

18. Indenização Punitiva: Potencialidades no Ordenamento Brasileiro.....645

Maria Proença Marinho

1. Introdução.....	645
2. A responsabilidade civil tem uma função punitiva?	646
3. Os <i>punitive damages</i> e a experiência norte-americana	651
4. A substituição da indenização com caráter punitivo por uma indenização punitiva	657
5. Conclusão	660
6. Referências	661

19. Cláusulas Limitativas ou Excludentes do Dever de Restituir:

Estudo a Partir da Releitura Funcional dos Efeitos da Resolução663

Rodrigo da Guia Silva

1. Introdução: a qualificação funcional das obrigações restitutórias no direito civil	663
2. Apontamentos iniciais sobre os denominados “efeitos da resolução”	670
3. Qualificação do denominado “efeito restitutório da resolução” à luz da vedação ao enriquecimento sem causa	675
4. Ausência superveniente de causa e o problema do pagamento do “equivalente” na resolução contratual	682
5. Limitação ou exclusão convencionais da obrigação restitutória: distinção entre as “cláusulas de não restituir” e as “cláusulas de não indenizar”	687
6. Conclusão	695
7. Referências.....	696

APÊNDICE

20. Tópicos Especiais de Direito Civil: Controvérsias Atuais em

Responsabilidade Civil (programa do curso)703

21. Grupo de Pesquisa Institucional: Novos problemas

de responsabilidade civil (programa do curso)711